



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11527 - Resumo Expandido - Trabalho - 15a Reunião da ANPEd – Sudeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 15 - Educação Especial

A FORMAÇÃO DOCENTE INICIAL NA UFMG: A DISCIPLINA DE FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA E A EXPERIÊNCIA COM A MONITORIA

Sirleine Brandão de Souza - UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

Rayan Pereira Sena - UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

A FORMAÇÃO DOCENTE INICIAL NA UFMG: A DISCIPLINA DE FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA E A EXPERIÊNCIA COM A MONITORIA

O presente artigo tem como objetivo, apresentar e discutir a formação inicial de professores, com foco na disciplina Fundamentos da Educação Especial e Inclusiva. Utiliza-se documentos institucionais sobre a oferta de vagas e número de matrículas, grades curriculares dos cursos de licenciaturas, projeto Formação Transversal em Acessibilidade e Inclusão e programa da disciplina em discussão. Além disso, busca nos documentos normativos sobre formação de professores, elementos que ajudam a refletir sobre a formação inicial docente na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), tratando sobre as condições para esta formação na contemporaneidade, levando em conta a estruturação e dinâmicas que permeiam o cenário educacional brasileiro e consequentemente os cursos de licenciaturas.

Destaca-se a tensão referente à formação docente no país, sobretudo no que diz respeito a temáticas que se referem à educação especial, assim “refletir acerca da formação dos professores que atuam na educação especial no modelo vigente implica pensar as tendências atuais para a formação de todos os professores da educação básica” (Garcia, 2013, p.109). Observa-se no modelo neoliberal vigente a precarização na formação inicial, em que há, segundo Souza (2013, p.31) “[...] uma formação de professores aligeirada, desqualificada, desarticulada de qualquer perspectiva reflexiva quanto aos problemas reais que interferem no aprendizado escolar de uma parcela significativa da população”. Entende-se, nesta perspectiva que os estudantes da educação especial não devam estar somente matriculados nas

escolas regulares, mas que utilizem plenamente o espaço escolar e possam sobretudo tirar proveito dos processos de ensino e aprendizagem, garantindo-se a efetivação de uma formação para além de sua adaptação na sociedade.

Ressalta-se, na trajetória da formação inicial voltada às discussões referentes à educação especial, a Resolução nº2, de 1º de julho de 2015 que trata sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (BRASIL, 2015). Segundo esta resolução, há necessidade de incluir na grade curricular de formação de professores temáticas que abordem “direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas”. (BRASIL, 2015, p.11). No capítulo VIII artigo 22 está explicitado que os cursos de formação inicial ativos devem se adequar à resolução em um prazo de dois anos após a sua publicação (BRASIL, 2015, p.16). Este prazo não foi cumprido por alguns cursos da UFMG que ainda não se adequaram à referida resolução.

Entretanto, temos uma nova resolução em disputa no cenário educacional. Percebe-se na Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019 (BRASIL, 2019) impactos em relação à estruturação da formação dos professores nos cursos de licenciatura, visto se tratar de uma resolução que modifica completamente a concepção de formação de professores e, por conseguinte, altera todo o currículo dos cursos. Vivenciamos uma forte tensão e resistência à implementação desta resolução pelas Instituições de Ensino Superior no Brasil.

Em relação à implementação de conteúdos voltados à Educação Especial na UFMG, observa-se que alguns cursos já se adequaram e a disciplina Fundamentos da Educação Especial e Inclusiva é obrigatória. A disciplina é realizada na modalidade semipresencial, com carga horária de 60 horas semestrais, podendo, também ser realizada como formação livre para os demais cursos de graduação por estar presente no catálogo da Formação Transversal. No período entre 2019 e 2021 a disciplina recebeu 1.381 alunos em 47 turmas formadas. A disciplina propõe reflexão acerca da perspectiva histórica e política que permeia a Educação Especial e Inclusiva no âmbito da educação de maneira mais abrangente, com discussões introdutórias em relação às bases teóricas e conceitos ordinários do campo, aborda-se algumas especificidades do estudante da educação especial, além de intervenções pedagógicas para a inclusão escolar.

A disciplina também é ofertada como formação livre no Programa Formação Transversal. Como consta no catálogo (UFMG, 2022) a Formação Transversal na UFMG consiste em um conjunto de atividades acadêmicas que englobam temas pertinentes e relevantes da atualidade a fim de que haja um desenvolvimento da formação crítica do sujeito, podendo ser realizada por todos os estudantes da UFMG. Mais especificamente, a Formação Transversal em Acessibilidade e Inclusão, criada em 2018, tem o objetivo de buscar reflexão e compreensão sobre as temáticas que contemplem a educação especial, a inclusão e a acessibilidade, com interdisciplinaridade presente nas disciplinas ofertadas. Para que os

estudantes possam compreender o âmbito que permeia as questões envolvendo o público da educação especial e que sejam profissionais mais preparados para lidarem com a diversidade evitando propagação de preconceito e exclusão.

O papel do monitor na disciplina Fundamentos da Educação Especial e Inclusiva é o de auxiliar a comunicação entre o docente e os alunos, em relação aos assuntos vistos na disciplina, além de esclarecer sobre a dinâmica de aulas, de atividades propostas, esclarecer possíveis dúvidas, principalmente durante as aulas on-line, que correspondem a 30 horas da carga horária da disciplina, mas também sendo fundamental o acompanhamento na sala de aula. Logo, a experiência com a monitoria é de suma relevância para a formação, pois é possível ter um contato mais próximo à realidade docente, acompanhamento ativo com os estudantes, tendo uma troca valorosa entre professor-monitor-aluno, além de poder ter um contato mais aprofundado com produções da educação especial.

Portanto, após a criação da Formação Transversal e implementação das diretrizes que orientam a formação docente ampliou-se o percurso formativo na UFMG, possibilitando a abrangência de temáticas ofertadas nas disciplinas do programa, proporcionando um maior embasamento à formação profissional, assim como base para atuação mais democrática. Nesse sentido, a realização da disciplina Fundamentos da Educação Especial e Inclusiva é de suma relevância para a formação e atuação docente, pois leva os licenciandos a desenvolver uma postura crítica referente à diversidade presente no ambiente escolar, tendo um conhecimento mais abrangente em relação à educação especial e um maior preparo para a realização da prática docente em sala de aula.

Palavras-chave: Educação Especial. Percurso curricular. Licenciaturas.

Referências

BRASIL. 2015. Resolução nº 2, de 1 de julho de 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>. Acesso em: 02/06/2022.

BRASIL. 2019. Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em: 02/06/2022.

GARCIA, R.M.C. Política de educação especial na perspectiva inclusiva e a formação docente no Brasil. Revista Brasileira de Educação, v. 18, n. 52, jan./mar., 2013. p.101-239.

SOUZA, S.B. A formação de professores na perspectiva da inclusão de alunos com deficiência no ensino regular: Análises de propostas curriculares de cursos de formação de professores no ensino superior no Estado de São Paulo. 2013. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

UFMG. Catálogo das atividades acadêmicas curriculares de Formação Transversal 2022/1. Belo Horizonte: UFMG. 93 p. 2022. Disponível em: <https://www.ufmg.br/prograd/arquivos/FT/CatFT122>. Acesso em: 07/07/2022.